

Conselho não reconhece pedido do PT sobre ACM

'O PT não quer a cassação do ACM, quer apenas fazer barulho', acusa Juvêncio, presidente do Conselho de Ética

Isabel Braga

• BRASÍLIA. O presidente do Conselho de Ética do Senado, Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), recusou-se a reconhecer o pedido de abertura de sindicância feito anteontem pela bancada do PT para investigar o envolvimento do senador Antonio Carlos Magalhães no caso da escuta telefônica ilegal na Bahia, com base na transcrição de uma fita gravada pela revista "IstoÉ", na qual Antonio Carlos admite ser o mandante da escuta.

Segundo Juvêncio, no pedido de investigação do PT faltou uma representação assinada pelo partido pedindo abertura de processo para possível cassação do senador baiano. Juvêncio alega que o Conselho de Ética só age a pedido da Mesa Diretora do Senado ou de partidos políticos. Juvêncio acusa o PT de não ter tido coragem política de assumir a autoria da representação.

— O PT não quer a cassação do ACM, quer apenas fazer barulho. Se quisesse, o partido tinha representado, porque nesse caso o conselho é automaticamente obrigado a abrir processo — acusou Juvêncio.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) afirmou que o PT não entrou com representação porque ainda não há elementos suficientes para um pedido de cassação. Segundo ela, a investigação precede o pedido para cassação. Indignada, a senadora acusa Juvêncio de não manter o mesmo comportamento em diferentes processos que já passaram pelo Senado. Ela afirma que, para abrir investigação contra os senadores Luiz Otávio e Jader Barbalho, o presidente do Conselho de Ética aceitou requeri-

mento nos mesmos moldes do que agora recusa.

— Não entendo essa amnésia seletiva. O que fizemos agora já foi feito outras vezes e o conselho aceitou. Será por que naquela época era conveniente aceitar? — perguntou.

Comissão já acompanha investigação da PF

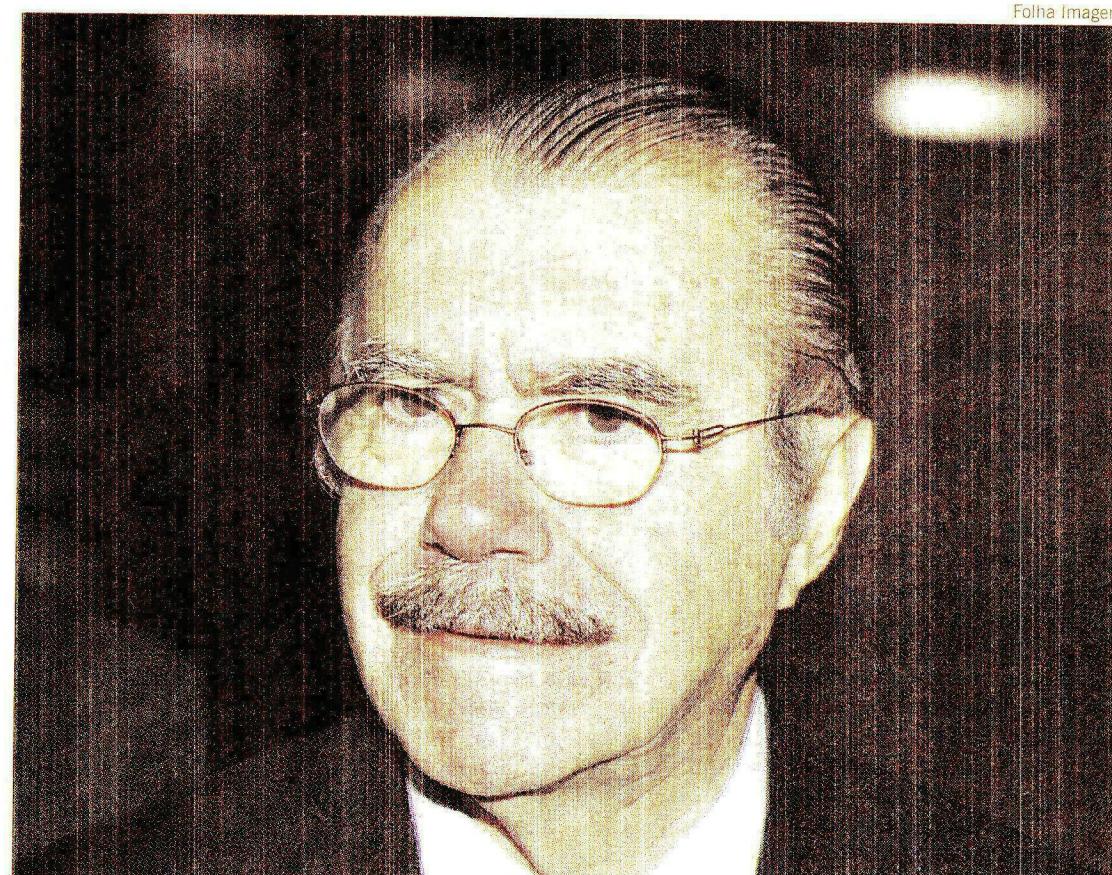
Outro argumento usado pelo presidente do conselho para desconsiderar o documento do PT é o fato de já haver uma subcomissão acompanhando o inquérito e as investigações feitas pela Polícia Federal. E essa comissão foi instituída aceitando pedido do PT e de outros partidos de oposição há pouco mais de uma semana.

Sob a alegação de que o conselho precisava ser acionado por uma representação do partido ou da Mesa, Juvêncio mandou o documento para o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), que, embora ainda não tenha decidido o que fazer com o requerimento do PT, deixa transparecer sua intenção de aguardar o fim do julgamento da questão pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para que o Senado se pronuncie.

Sarney quer esperar por decisão do STF

O Senado só entraria no caso se a Polícia Federal, em seu inquérito, concluir que Antonio Carlos foi o mandante do grampo, e pedir ao tribunal para processar o senador. Para defender-se, Sarney afirma que está seguindo as diretrizes da Constituição.

— Em tese, compete ao Supremo Tribunal Federal julgar os senadores em caso de crime comum. Isso é da Constituição, o texto é claro. Qual-



Folha Imagem

JOSÉ SARNEY: "Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar os senadores em caso de crime comum"

quer senador que seja acusado de crime comum, o foro adequado para julgar é o Supremo — ponderou Sarney, indicando que não deverá dar sinal verde para o conselho iniciar a investigação envolvendo o senador.

Amigo de longa data do senador baiano, Sarney reagiu com irritação ao ser indagado se essa atitude poderia ser interpretada como uma forma de proteger Antonio Carlos:

— Se proteger alguém é submetê-lo ao Supremo Tribunal Federal, a quem cabe julgar crime comum, eu não sei o que é proteger ou desproteger!

Desde que o escândalo do grampo ilegal na Bahia estourou, o PT tem vivido um dilema: ao mesmo tempo que ga-

rantiu que a ilegalidade seria investigada, agiu para evitar a instalação de uma CPI, que poderia prejudicar o andamento das reformas no Congresso.

PT evitou pedir abertura de sindicância no início

Mesmo no Senado, o PT evitou pedir de início a abertura de sindicância para apurar os fatos envolvendo o senador baiano, acusado de ter mandado grampear seus inimigos políticos e até uma ex-namorada. A decisão de anteontem só foi tomada porque os senadores petistas, que receberam de jornalistas da revista "IstoÉ" um documento com a degravação de conversa em que Antonio Carlos admite ter mandado grampear o deputado

Geddel Vieira Lima (PMDB-BA), entenderam que era preciso tomar uma atitude para que não fossem acusados de ignorar os fatos.

Toda a bancada foi convocada para uma reunião de emergência em que também foram feitas ponderações sobre o dilema ético de o PT se basear numa gravação de conversa feita sem o conhecimento do senador. Um petista lembrou, no entanto, que é legal quando um dos interlocutores grava a conversa até como forma de precaução. ■

► NO GLOBO ON LINE:

Participe da enquete: O Congresso deve apressar a CPI do Grampo?
www.oglobo.com.br/pais